



HD
HABEAS
DATA



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

PRESIDENTE:

Desembargador Federal
Sergio Schwaitzer

VICE-PRESIDENTE:

Desembargador Federal
Poul Erik Dyrlund

CORREGEDOR REGIONAL:

Desembargadora Federal
Salette Maccalóz

DIRETOR GERAL:

Roque Bonfante de Almeida

**ASSESSORA DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Ana Sofia Brito Gonçalves

REDAÇÃO

André Camodego, Marcelo
Ferraz e Assessorias de
Comunicação Social da
Justiça Federal do Rio de
Janeiro e do Espírito Santo

**DIAGRAMAÇÃO,
IMPRESSÃO E
ACABAMENTO**

Coordenadoria de Produção
Gráfica e Editorial - CPGRAF

PROJETO GRÁFICO

Daiane Moraes

REVISÃO

André Camodego

Para mais notícias e a versão
eletrônica do Habeas Data,
visite o site www.trf2.jus.br

Grupo de trabalho para atuação da Justiça Federal na Copa das Confederações realiza primeira reunião no TRF2

O TRF2 sediou no dia 5 de abril a primeira reunião do grupo de trabalho da Justiça Federal brasileira no Fórum Nacional de Coordenação de Ações do Poder Judiciário para a Copa das Confederações 2013 e a Copa do Mundo 2014. O Fórum foi instalado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o objetivo de unificar iniciativas do Judiciário para a prevenção e solução de litígios que possam ocorrer durante os dois eventos esportivos.

A organização do encontro realizado no Rio de Janeiro ficou a cargo do desembargador federal Aluisio Gonçalves de Castro Mendes, da 5ª Turma Especializada do TRF2, e a pauta foi presidida pelo coordenador do grupo, o juiz federal da 6ª Vara Federal de Porto Alegre, Altair Antônio Gregório. O presidente do TRF2, desembargador federal Sergio Schwaitzer, abriu a conferência, da qual participaram, também, o desembargador federal Guilherme Calmon, da 6ª Turma Especializada, o desembargador federal Nelton Agnaldo Moraes dos Santos, da 2ª Turma do TRF3 (São Paulo e Mato Grosso do Sul), o diretor da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, juiz federal Carlos Lugones, o diretor da Seção Judiciária de Alagoas, juiz federal André Luís Maia Tobias Granja, o juiz federal Alexandre Vidigal de Oliveira, titular da 20ª Vara Federal do Distrito Federal, o procurador da República Athayde Ribeiro Costa, membro auxiliar do Conselho Nacional do Ministério Público, e o procurador Fabiano Silveira, também do CNMP.

O papel da Justiça Federal no projeto do CNJ foi definido por Aluisio Mendes, na reunião ocorrida no TRF2: “Creio que nossa principal atuação se dará nos conflitos que requeiram a participação da Polícia Federal, da Infraero e outros entes, e que eventualmente surjam em função do grande fluxo de pessoas que passarão pelos portos e aeroportos, bem como pelas fronteiras. Temos à frente uma longa trajetória de preparação para imprimirmos a celeridade esperada na condução desses casos”, afirmou. Para o responsável pelo grupo do ramo do Judiciário que julga ações de interesse da União e de suas autarquias, fundações e empresas públicas, o importante é estar pronto para o que ele chamou de “o pior cenário possível”, ou seja, para uma pouco provável enxurrada de pedidos judiciais, de modo que haja certeza de ser possível dar conta de qualquer volume de demanda: “Devemos ter em mente que estaremos contribuindo para consolidar a imagem institucional e nacional no resto do mundo”, destacou Altair Gregório.

Estar pronto, quando se fala de eventos cuja produção inclui grande complexidade logística, abrange muitos aspectos que não podem ser esquecidos. Por isso, entre outras propostas, o grupo da Justiça Federal decidiu sugerir ao CNJ firmar parceria com vários órgãos que podem ser acionados para ajudar a encaminhar as questões, quando necessário, como a própria Polícia Federal, o Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça (para auxiliar nos casos de expulsão ou deportação) e as Embaixadas e Consulados dos países que participarão dos jogos, para fornecer intérpretes nas audiências judiciais.

Ainda dentre os muitos assuntos abordados durante cerca de três horas de reunião, os integrantes do grupo falaram sobre a estruturação do atendimento ao público e sobre critérios uniformes para aplicação de medidas restritivas de direitos e de liberdade nas hipóteses de violação às leis penais.



O presidente do TRF2, desembargador federal Sergio Schwaitzer (quinto, a partir da esquerda), abriu a reunião

Solenidade instala 2ª Turma Recursal no ES

A Justiça Federal do Espírito Santo (JFES) instalou em Vitória, em solenidade realizada no dia 26 de março, a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Estado, no modelo instituído pela Lei nº 12.665 de 13 de junho de 2012, que criou estrutura permanente para as Turmas Recursais brasileiras.

Conduzida pela então presidente do TRF2, desembargadora federal Maria Helena Cisne, a cerimônia contou, em sua mesa diretora, com as presenças do coordenador dos juizados especiais federais da 2ª Região, desembargador federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama (que ocupou o cargo até o início de abril), do diretor do foro da JFES, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, dos desembargadores federais Luiz Antonio Soares (Emarf) e José Ferreira Neves Neto (CCJF), do procurador-chefe da Procuradoria da República no Espírito Santo, André Pimentel Filho, do procurador-geral do município de Vitória, Frederico Martins de Figueiredo de Paiva Britto, do presidente da 1ª Turma Recursal capixaba, juiz federal Boaventura João Andrade, e do conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional ES, Leonardo Carvalho da Silva, e o presidente da OAB/ES, Homero Junger Mafra.

SJRJ inaugura três varas e um juizado especial federal



Guilherme Calmon: estudos e levantamentos criteriosos

A Justiça Federal do Rio de Janeiro conta com mais três varas de execução fiscal e um juizado especializado em matéria previdenciária.

A solenidade de inauguração ocorreu no dia 20 de março, no Foro Desembargadora Federal Marilena Franco. Foram instaladas a 10ª, 11ª e 12ª Varas Federais de Execução Fiscal, além do 11º Juizado Especial Federal.

Durante a cerimônia, o desembargador federal Guilherme Calmon, então coordenador dos Juizados Especiais

Federais na 2ª Região, afirmou que “a instalação das varas e dos juizados decorre de estudos e levantamentos de dados realizados criteriosamente, de modo a tornar mais efetiva a prestação jurisdicional”.

Ainda na solenidade, a juíza federal Paula Patrícia Provedel, que na data representou a Direção da Seção Judiciária, declarou que o trabalho para a instalação das varas não é simples e que qualquer agradecimento é insuficiente, lembrando os esforços de magistrados e servidores para viabilizar o cronograma de instalação, determinado pelo Conselho da Justiça Federal, em cumprimento à Lei 12.011/2009.

Mutirão de conciliação com pedidos de pagamento de gratificações da AGU termina com mais de 78% de acordos

Entre os dias 13 e 15 de março, no Foro da Avenida Rio Branco, o Núcleo Permanente de Solução de Conflitos da 2ª Região (NPSC2) - órgão do TRF2 que organiza e executa os mutirões da Justiça Federal da 2ª Região - realizou, com o apoio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CESOL), 338 audiências de conciliação envolvendo processos movidos por servidores públicos inativos ou pensionistas da União, objetivando o recebimento de diferenças de gratificações de desempenho. E os resultados foram impactantes: das audiências realizadas, 78,70% (266) terminaram com o consenso entre as partes. Durante o mutirão, o valor dos acordos homologados passou de R\$ 3,29 milhões.

Relatório do CJF aponta boas praticas da Contadoria do TRF2 ligadas à comunicação corporativa

Um comunicado recente da Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça Federal confirma um entendimento corrente na iniciativa privada e que vem ganhando força nos órgãos públicos: o de que iniciativas para aperfeiçoar a comunicação corporativa são garantia de um trabalho mais fluido e eficiente.

A prova veio no Ofício CJF-OFI-2013/00998, que encaminhou ao Núcleo de Contadoria (Nucon) do TRF2 o relatório da inspeção ordinária realizada pelo Conselho da Justiça Federal no ano passado. O documento cita várias boas práticas do setor, a maioria promovendo a maior interatividade com os clientes do setor, os gabinetes.

Por exemplo, o relatório destaca o banco de dados desenvolvido pelo Nucon, para identificar e sanar problemas, em parceria com os gabinetes, facilitando a instrução dos servidores diretamente subordinados aos magistrados, em relação aos despachos que encaminham os processos judiciais para a elaboração de cálculos judiciais.